

O GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979), A 'TRANSIÇÃO PELO ALTO' E OS DIREITOS HUMANOS

THE ERNESTO GEISEL GOVERNMENT (1974-1979), THE 'TRANSITION BY THE TOP' AND HUMAN RIGHTS



Pedro Henrique da Silva Oriola Cardoso¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o governo Ernesto Geisel (1974-1979) e os direitos humanos. A ditadura empresarial- militar desde o seu início utilizou o 'Terrorismo de Estado', tendo como base as premissas da Doutrina de Segurança Nacional e a Doutrina de Guerra Revolucionária para reprimir a oposição. A reflexão insere-se no contexto da transição da ditadura para a democracia no Brasil e visa compreender como as Forças Armadas utilizaram a repressão política no período e como ocorreu a demanda por respeito aos direitos humanos, tanto por pressão interna quanto por organizações estrangeiras, exilados políticos e o governo Jimmy Carter (1977-1981).

Palavras-chave: Transição; Ditadura Empresarial-Militar; Direitos Humanos.

Abstract

This article aims to analyze the Ernesto Geisel government (1974-1979) and human rights. The business-military dictatorship since its inception has used 'State Terrorism', based on the premises of the National Security Doctrine and the Revolutionary War Doctrine, to repress the opposition. The reflection is inserted in the context of the transition from dictatorship to democracy in Brazil and aims to understand how the Armed Forces used political repression in the period and how the demand for respect for human rights occurred, both by internal pressure and by foreign organizations, exiles politicians and the Jimmy Carter administration (1977-1981).

Keywords: Transition; Business Dictatorship-Military; Human Rights.

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). E-mail: pedrooriola@gmail.com.



Introdução

Quando assumi a presidência, estabeleci que meu propósito era alcançar a normalização da situação no país, mas que essa operação tinha que ser feita com segurança. Não podia liberar o país e daí a pouco ter que voltar atrás. Era uma operação gradativa, lenta. Esse era mais ou menos o conceito que se tinha dentro das Forças Armadas. Não se poderia, de repente, estabelecer a liberalização de todos os problemas, porque as forças subversivas continuavam. Em menor ritmo, em menor escala, mas continuavam. Conspiração daqui, conspiração dali, movimento aqui, um roubo de banco ou de armas acolá, um assassinato etc.²

O artigo tem como objetivo analisar a compreensão das Forças Armadas pela demanda por direitos humanos, especificamente no governo Ernesto Geisel (1974-1979), durante a transição da ditadura empresarial- militar (1964-1988) para a atual democracia.³

A hipótese defendida é de que a compreensão dos direitos humanos pelo governo Ernesto Geisel (1974-1979) deve ser relacionada com as características da distensão política e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O início da transição política, no governo Ernesto Geisel (1974-1979), não significou o fim do ‘Terrorismo de Estado’⁴ praticado pelas Forças Armadas desde o golpe empresarial- militar de 1964 e, portanto, discordamos da perspectiva de que a prática repressiva do Estado não podia coexistir com o período da abertura política.⁵ A facção militar castelista,⁶ aliada do governo Ernesto Geisel (1974-

² CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 259-260.

³ A constituição de 1988 marca o início do regime democrático atual. Sobre a periodização adotada, ver LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil**: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.

⁴ Sobre o tema, ver PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985)**: do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História) - Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

⁵ A cassação de mandatos políticos, segundo Bernardo Kucinski, indicava o abandono da política de distensão pelo governo. KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil debates, 1982. p. 47. Para Thomas Skidmore à medida que a repressão aumentava, a liberalização estava mais longe. SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: De Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988. p. 332.

⁶ É uma facção militar considerada mais ‘intelectualizada’, da artilharia, adeptos dos cursos e preceitos da Escola Superior de Guerra (ESG) e caracterizados como ‘moderados’. Sobre o assunto, ver MARTINS FILHO, J.R. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: Edufscar, 1995.



1979), seria branda e 'legalista', e desta forma, qualquer ato de violência era incompatível com a liberalização política e significava um ato de rebeldia da ala castrense mais radical, contrária à redemocratização. Entretanto, a coerção política em todo o período de transição (1974-1988) foi marcada por cassações políticas, assassinatos políticos, prisões, vigilância a sindicatos, manutenção da legislação repressiva, participação do Brasil na 'Operação Condor' e a violência contra o movimento estudantil e grevista. Paralelamente, houve várias manifestações oposicionistas dentro do aparelho militar, através de atentados praticados pela extrema-direita militar contra o governo e à redemocratização,⁷ assassinatos dos presos políticos⁸ no DOI CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) do II Exército e a quase candidatura à presidente do Ministro do Exército Sylvio Frota, em 1977. O governo Ernesto Geisel (1974-1979) usou instrumentos para controlar a oposição militar e contornar a instabilidade. Portanto, a estratégia governista em relação aos setores militares oposicionistas era ao mesmo tempo conter os "bolsões radicais e manter o desempenho das funções repressivas do Estado".⁹

A reflexão neste artigo é justamente compreender como o governo Ernesto Geisel (1974-1979) assimilava as reivindicações internas e externas quanto a violação dos direitos humanos, em um contexto marcado pela manutenção da violência política contra diversos setores da oposição, o retorno gradual à democracia e a (re)orientação da política externa dos Estados Unidos, exercida pelo governo Jimmy Carter (1977-1981) a favor dos direitos humanos. Em 1974, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma legislação a favor aos direitos humanos como condição especial para a assistência econômica e militar aos países estrangeiros. O contexto marcado pela derrota na Guerra do Vietnã (final dos anos 70), o escândalo de Watergate e o apoio da CIA ao golpe militar no Chile motivou esta guinada na política externa dos Estados Unidos. O objetivo era

⁷ Os atentados da extrema-direita militar foram praticados por setores militares insatisfeitos com o fim do regime ditatorial. O caso mais emblemático foi o (quase) atentado no Riocentro durante as comemorações do dia do trabalhador em 1981. O atentado não aconteceu devido a uma falha técnica no artefato explosivo e resultou na morte do sargento Guilherme do Rosário. Cf. GUIMARÃES, Carlos Eduardo. **A Crise da Ditadura**: a reação militar à abertura e o terrorismo de direita. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

⁸ Cito o caso do jornalista Vladimir Herzog, assassinado em outubro de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho assassinado em janeiro de 1976. Voltaremos a abordar o assunto adiante.

⁹ CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974- 1980). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 115-146, 2005. p. 132.



enfraquecer o bloco socialista, já que o alvo eram os aliados da URSS e se tornou uma política oficial durante o governo Jimmy Carter (1977-1981). A defesa dos direitos humanos resultou em uma série de conflitos com o Brasil, desde a tortura de um cidadão estadunidense em Pernambuco e a assinatura do acordo nuclear com a Alemanha, em 1975.¹⁰

A transição pelo ‘alto’¹¹

O recorte temporal deste artigo, situado entre 1974-1979 correspondeu a uma nova fase da ditadura, em que se buscava nas palavras do então presidente Ernesto Geisel (1907-1996), “um aperfeiçoamento democrático gradual e seguro”¹². A ideia defendida é de que a transição para o regime democrático foi um instrumento de dominação política.¹³ Portanto, o processo de redemocratização foi determinado e regulado pelos interesses das classes dominantes¹⁴ e a meta estratégica era manter as condições da dominação de

¹⁰ COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 2010. HOEVELER, R. C. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹¹ Pela perspectiva denominada ‘transição por colapso’, o início da transição no Brasil foi determinado por uma ‘crise’, sendo os fatores desencadeadores o esgotamento do ‘milagre brasileiro’ e a derrota da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, nas eleições estaduais de 1974. Esse tipo de abordagem privilegia as análises em que a atuação política de setores da sociedade foi responsável por agravar o ‘desgaste’ da ditadura, inclusive, o “novo sindicalismo” é indicado como uma referência. Dessa forma, os militares não teriam mais a capacidade de continuar com o regime ditatorial e foram obrigados a iniciar a abertura política. Uma variante dessa análise é de que apesar do fracasso econômico e a derrota eleitoral, os militares ainda possuíam força suficiente para direcionar o processo de transição. Essa era uma visão muito comum nas décadas de 70 e 80. Um exemplo é a visão do PCB sobre a conjuntura. Para isso, ver Voz Operária, nº 123, abril de 1976. In: CARONE, Edgar (Org.). **O P.C.B. 1964-1982**. São Paulo: DIFEL, V. 3, 1982. p. 164-172.

¹² Discurso do presidente Ernesto Geisel para o seu ministério em 19 de março de 1974. In: COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 138.

¹³ A essência era conservar os elementos primordiais de dominação da ditadura empresarial-militar, como por exemplo: a política econômica, função política dos militares e desmobilização da classe trabalhadora. Cf. MONTEIRO, Tiago. **A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

¹⁴ Apesar de Florestan Fernandes defender a ideia de que a transição teve origem nas contradições entre as classes dominantes, a qual discordo, destaco a sua hipótese para a direção burguesa e militar da transição, visando produzir uma democracia que os favorecesse. Para Florestan Fernandes a transição iniciou a partir de uma ‘crise’, entretanto concordo com a ideia de que a mudança para democracia foi planejada pelas Forças Armadas. FERNANDES, Florestan. **Revolução ou Contrarrevolução. Contexto**, São Paulo, n. 5, p. 21, mar. 1978. p. 23.



classe na mudança de regime político¹⁵; de certa maneira podemos afirmar que este projeto de transição foi vitorioso porque o caráter de classe e de Estado permaneceu sendo burguês e capitalista respectivamente.¹⁶

A gênese da transição ocorreu em uma conjuntura favorável para a ditadura- empresarial- militar e foi iniciada pelos setores dominantes. Segundo Eli Diniz¹⁷, a “autonomia do núcleo dirigente e a sua capacidade de assumir a iniciativa da transição e se antecipando a qualquer pressão”¹⁸ e, por conseguinte, a elaboração do projeto de abertura não comportava uma situação de crise interna¹⁹, ou seja, os militares detinham capacidade política para direcionar a saída do poder²⁰.

Inicialmente, caracterizamos o caso brasileiro como: “transição pelo alto”²¹, onde as classes dominantes mantêm a iniciativa e traçam a direção do processo. Assim, “a articulação e o desencadeamento da distensão têm vinculação com a situação favorável desfrutada pelo regime durante o governo Médici”²², ou seja, o cenário para o início da transição no Brasil era conveniente devido aos êxitos na área econômica e militar, respectivamente por causa do milagre econômico e pela derrota da esquerda armada²³. A vinda do cientista político Samuel Huntington (1927-2008) ao Brasil, em 1972, e a elaboração do documento ‘Abordagens da descompressão política’, feita pelo cientista político, sugeria como os militares voltariam para os quartéis, demonstrando a intenção dos governantes em projetar a abertura política²⁴.

¹⁵ LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002. p. 293.

¹⁶ Conferir SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. *In: República do capital/capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

¹⁷ DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n. 3, p. 10-20, 1985. p. 330-331.

¹⁸ DINIZ, 1985, p. 332.

¹⁹ Alguns autores entendem o início da distensão devido à crise do petróleo em 1973 e a derrota da ARENA nas eleições legislativas em 1974. Ver KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil debates, 1982. p. 14.

²⁰ DINIZ, 1985, p. 332.

²¹ Cf. O'DONNELL, Guillermo. “Transições, continuidades e alguns paradoxos”. *In: Reis, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo. (orgs.) Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

²² CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989. p. 02.

²³ OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Editora Papirus, 1994. p. 23.

²⁴ CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walder de. **O Drama da Sucessão e a crise do regime**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 127.



É importante destacar a diferença entre projeto e processo. Na análise da “Transição pelo alto”, é preciso levar em consideração os esforços das classes dominantes na preservação do poder tanto quanto a capacidade da resistência de determinados setores da sociedade. Entende-se que no Brasil, o projeto de redemocratização dos setores dominantes entrou em conflito com o conjunto de certas forças sociais e políticas. A transição, por esse viés, pode ser vista como um processo não linear “marcado por avanços e recuos, por movimentos contraditórios e oscilações nem sempre previsíveis”²⁵. No Brasil, os setores dirigentes foram obrigados a reconsiderar as suas ações e táticas devido, por exemplo, a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974, a reativação do movimento estudantil e operário, e até mesmo pela resistência imposta pela chamada “Comunidade de Informações” (isto é, os setores militares mais diretamente ligados à repressão), que via atentados e outras ações, fez com que o governo militar reagisse. Todavia, as pressões políticas apenas influíram na duração do processo e não conseguiram impor modificações significativas em seu sentido e na sua direção.²⁶

A repressão política como uma prática institucional durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979)

Desde o início do seu mandato, o presidente Ernesto Geisel (1907-1996) indicava sobre a importância da manutenção da ordem, tendo a seguinte fórmula: “máximo de desenvolvimento possível com mínimo de segurança indispensável”²⁷. Segundo a Anistia Internacional no ano de 1975, 2 mil pessoas foram detidas no Brasil e 700 permaneceram na cadeia, indicando a permanência das práticas policiais discricionárias, na conjuntura marcada pela distensão política²⁸.

Ainda sobre a lógica da coerção, o projeto de abertura política legitimava a punição aos ‘elementos subversivos’ sem ferir as leis da institucionalidade ditatorial. Segundo David Maciel, o legalismo jurídico era estrategicamente

²⁵ DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados (Rio de Janeiro)**, São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985. p. 334.

²⁶ HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 05.

²⁷ OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Editora Papyrus, 1994. p. 60.

²⁸ MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 69.



importante para reforçar o diálogo do governo com o campo liberal opositor, este defensor da bandeira dos ‘direitos humanos’ e da liberalização, mas ao mesmo tempo sensível ao anticomunismo²⁹. A hipótese defendida é de que a violência política no período de transição tem um caráter preventivo, pois as Forças Armadas deveriam impedir a ascensão de qualquer movimento social ou partido político em potencial para manter o controle da redemocratização.

A estrutura do aparato repressivo existente desde o final dos anos 60³⁰, foi conservada em quase todo o período do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Uma das alterações foi a reforma na Lei de Segurança Nacional³¹, aprovada em dezembro de 1978. A lei indicou a permanência da Doutrina de Segurança Nacional no prosseguimento da transição para combater a oposição e manteve na essência os mesmos preceitos da lei anterior³², como por exemplo, a definição da ‘segurança nacional’ pela prevenção da ‘guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária’. Destarte, uma de suas características foi à precaução em relação ao ‘inimigo interno’:

A Segurança Nacional envolve medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

A segurança interna, integrada na segurança nacional, corresponde às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país.

A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que vise à

²⁹MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. p. 169.

³⁰ Era composto pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações do Exterior (CIEEX), Polícia Federal (PF) e Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS).

³¹ Essa lei substituiu a Lei de Segurança Nacional de 1969.

³² A alteração em relação à lei anterior foi à diminuição das penas e teve como desdobramento a soltura de inúmeros presos políticos.



conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.³³

Diversos setores oposicionistas foram atingidos pela repressão política durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979) tais como: o movimento estudantil, Partido Comunista Brasileira (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), houve desaparecimentos políticos, vigilância ao movimento grevista, cassações de mandatos políticos³⁴ e a participação do Brasil na Operação Condor³⁵. É importante frisar, a coerção era uma política de Estado e não tinha qualquer vínculo com as sabotagens e atentados praticados pela extrema-direita para boicotar a transição.

O Partido Comunista Brasileiro foi reprimido e vigiado durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979). Embora não exista nenhum estudo específico em relação à repressão contra o PCB (Partido Comunista Brasileiro) no período de abertura, há duas razões plausíveis para a sua contenção: a primeira seria pelo contexto internacional, devido à crise da ditadura portuguesa e a Revolução dos Cravos em Portugal (1974) e a segunda, olhando mais internamente pela possível interferência do partido na transição política.

Renato Lemos chama a atenção para o tipo de transição que estava ocorrendo em Portugal e o protagonismo do Partido Comunista Português (PCP) na luta pela democracia durante a ‘Revolução dos Cravos’, em abril de 1974³⁶. A

³³ BRASIL. [LEI No 6.620, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1978.] Lei de Segurança Nacional de 1978. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19701979/l6620.htm#:~:text=LEI%20No%206.620%2C%20DE%2017%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201978.&text=Define%20os%20crimes%20contra%20Seguran%C3%A7a,julgamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,nos%20limites%20definidos%20em%20lei. Acesso em: 01 abr. 2023.

³⁴ A cassação de mandato político foi uma prática repressiva do governo Ernesto Geisel. Houve vários tipos de cassação: a cassação indireta, suposta vinculação com o PCB e por críticas a revogação de mandatos.

³⁵ A morte de Juscelino Kubitschek inaugurou uma série de atentados contra outras figuras importantes, como por exemplo, João Goulart em 06 de dezembro de 1976 e Carlos Lacerda em 21 de maio de 1977. Uma das razões para essas três mortes, seria uma eventual candidatura de ambos em futuras eleições e podem estar vinculadas a ‘Operação Condor’. Recentemente houve um debate entre a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, da cidade de São Paulo, sobre a relação entre a morte de JK e a ‘Operação Condor’. Sobre a morte de Jango, há o depoimento ex-agente de inteligência do governo uruguaio Mario Neira Barreiro sobre a vigilância e a operação para assassinar o ex-presidente deposto. NOVAES, João. Jango foi envenenado pela Operação Condor, revela ex-agente secretouruguaio.2012. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/25028/jango+foi+envenenado+pela+operacao+condor+revela+ex-agente+secreto+uruguaio.shtml>. Acesso em: 01 abr. 2023. Ver também o documentário Jango (1984) de Silvio Tendler.

³⁶ LEMOS, Renato. **A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)**. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 233.



atuação do Partido Comunista Português (PCP) na saída da ditadura salazarista em Portugal, pode ter alertado os militares brasileiros³⁷ para um eventual protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Outro motivo para a repressão contra o PCB foi a candidatura de seus membros através do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o apoio político ao partido oposicionista. De fato, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia a formação de uma frente ampla e o processo eleitoral como instrumento de combate à ditadura³⁸. Em abril de 1974, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) justificando a participação nas eleições afirmou o seguinte:

Porque elas (eleições) representam uma das poucas possibilidades legais de ação de massas contra o regime fascista, porque nelas milhões de brasileiros terão de votar e poderão manifestar o seu protesto. Na campanha eleitoral as forças antifascistas poderão promover debates com o povo, nos locais de trabalho e moradia, denunciando o regime fascista, do governo Geisel e seus agentes. O processo eleitoral será uma oportunidade para a classe operária e o povo ampliarem a luta pela elevação dos salários, pela reforma agrária radical, pela defesa dos interesses nacionais e pelo restabelecimento dos direitos democráticos.³⁹

A eleição legislativa, em novembro de 1974, foi um marco porque a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, foi derrotada e segundo um dos relatórios do Serviço Nacional de Informações (SNI), a “atuação das esquerdas em prol dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi uma campanha bem articulada e inteligente”⁴⁰. Após a derrota da esquerda armada e a conjuntura marcada pelo insucesso do partido governista nas eleições, o Partido Comunista Brasileiro virou alvo dos militares.

Os órgãos de repressão e de informação desencadearam uma onda de violência contra as organizações de esquerda que participaram do processo eleitoral, como o Partido Comunista Brasileiro⁴¹. A repressão foi caracterizada

³⁷ Respondendo a pressões da OAB e do setor progressista da Igreja Católica contra a tortura, o comandante do III Exército, general Oscar Luís da Silva, se referiu aos acontecimentos em Portugal para justificar a repressão contra o PCB. Cf. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 343.

³⁸ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. p. 123.

³⁹ CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982. p. 150.

⁴⁰ GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p. 471.

⁴¹ MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999. p. 155.



pela prisão, tortura, desaparecimentos e eliminação física dos militantes, principalmente daqueles que faziam parte do Comitê Central, desse modo a 'Operação Radar'⁴² foi o principal instrumento usado pelo regime ditatorial para liquidar o Partido Comunista Brasileiro. Em 1974, desapareceram David Capistrano Costa, José Roman e João Massena Melo e em janeiro de 1975, o governo mediante a 'Operação Radar' descobriu a localização das gráficas do Partido Comunista Brasileiro, onde rodava o jornal do partido, e teve como desdobramento a intensificação do aprisionamento de seus militantes. O inquérito, divulgado no final de 1975, indiciava 105 pessoas por terem ligação com o partido, incluindo os deputados federais Marcelo Gatto (MDB- SP) e Nelson Fabiano (MDB-SP) e o deputado estadual Alberto Goldman (MDB-SP)⁴³. Durante a 'Operação Jacarta'⁴⁴ foram presos Sérgio Gomes da Silva, Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho. Entre 1975-1977, registram-se o assassinato de vários membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, tais como: Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Nestor Veras⁴⁵, Itair José Veloso, Jose Montenegro de Lima, Pedro Jeronimo de Souza e Lourenço Camelo de Mesquita. Em síntese, Milton Pinheiro faz a seguinte afirmação:

foram 39 militantes assassinados, nas mais diversas modalidades, desde o primeiro momento do golpe até o começo da chamada distensão do regime militar. Para além dessas mortes, o PCB teve centena de presos que passaram pela mais atroz tortura, sem falar nas dezenas de exilados que foram viver em várias partes do mundo.⁴⁶

A Resolução de organização do Comando Central do Partido Comunista Brasileiro, escrito em dezembro de 1975, destacou a violência política e os desdobramentos negativos para a sua estrutura orgânica porque metade dos

⁴² Segundo Milton Pinheiro, foi uma operação desencadeada pelo DOI-CODI do II Exército e teve outros nomes nos estados brasileiros e ocorreu entre 1973-1977. Tinha como objetivo destruir o aparato político orgânico do PCB através de prisões, assassinatos e tortura. PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. *In*: PINHEIRO, Milton. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 34.

⁴³ MACIEL, 1999, p. 155.

⁴⁴ Foi um desdobramento da 'Operação Radar' no estado de São Paulo. Destaca-se também a 'Operação Barriga Verde' ocorreu em Santa Catarina e ocasionou na prisão de 42 pessoas acusadas de pertencer ao PCB.

⁴⁵ O ex-agente da repressão, Claudio Guerra, em depoimento afirmou que executou pessoalmente Nestor Veras na cidade de Belo Horizonte em abril de 1975. GUERRA, Claudio. **Memórias de uma guerra suja**. Topbooks. Rio de Janeiro, 2012. p.39

⁴⁶ PINHEIRO, Milton. A ditadura militar no Brasil (1964-1985) e o massacre contra o PCB. São Paulo, 04 de novembro de 2012. *Apud* LEMOS, Renato. **A campanha da anistia no Brasil: uma história política (1964-1969)**. Tese de progressão para professor titular de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. p. 232.



membros Comitê Central, entre efetivos e suplentes tinha sido encarcerada, torturada e assassinada. O papel desempenhado pelo partido nas eleições legislativas em novembro de 1974 foi determinante para a repressão política⁴⁷. É importante chamar a atenção para o fato de que o partido considerou a oposição vitoriosa no pleito eleitoral em 1974, uma razão primordial para a modificação da correlação de forças na cena política brasileira⁴⁸.

O documento “Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior”⁴⁹, feito pelo SNI em março de 1974, fez um breve balanço do PCB até aquele momento. O parecer era de que mesmo sofrendo algumas derrotas, as suas atividades persistiam. De acordo com esse relatório o Partido Comunista Brasileiro:

Possuindo maior experiência, mais organização e maior atuação junto às massas do que os demais têm o PCB possibilidades de ainda se expandir, bem como de reduzir a sua vulnerabilidade no confronto com os órgãos de segurança.

Sendo a organização que tem maiores possibilidades de influir na comunização no país, faz-se necessária sua neutralização a curto prazo, para que se evitem maiores complicações no futuro.⁵⁰

Em relação ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), a ‘Guerrilha do Araguaia’ era um referencial estratégico no enfrentamento à ditadura. Após a derrota, houve uma inflexão e a inserção na luta pela redemocratização do país passou a ser a principal bandeira do partido⁵¹.

O PC do B através do Comitê Central divulgou a ‘Carta circular’ determinando um trabalho mais próximo das massas e o abandono da perspectiva anterior pautada pela luta armada⁵². Uma característica importante do PCB do B foi a valorização do processo eleitoral e a orientação era votar no partido opositor⁵³.

⁴⁷ CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982. p.173.

⁴⁸ PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 34.

⁴⁹ Agradeço ao professor Renato Lemos pela referência à documentação.

⁵⁰ BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 0055/10/AC/74. 28 março de 1974. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

⁵¹ SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). **História**, São Paulo, v. 26, p. 340-365, 2007. p. 341.

⁵² SALES, 2007, p. 342.

⁵³ SALES, 2007, p. 345.



Sobre a repressão contra o PC do B, o documento “Panorama atual da subversão no país e as suas ligações mais acentuadas no exterior”, feito pelo SNI em março de 1974, informava o seguinte sobre o PC do B naquele momento:

Entretanto, apesar de bastante desgastado, não perdeu em operacionalidade, uma vez que continua estruturando o trabalho de campo em outras áreas. A derrota de Marabá poderá, em certos aspectos, representar a inviabilidade da implantação da guerrilha rural em nosso território. É ainda provável que tal pensamento se torne válido para todas as organizações, tendo em vista a grande importância por elas atribuída à região do ‘Bico do Papagaio’ como área estratégica.⁵⁴

Durante a discussão interna acerca da reformulação, houve o assassinato de vários membros do Comitê Central, episódio conhecido como a ‘Chacina da Lapa’, em dezembro de 1976. O episódio indica a repressão como uma política oficial do governo Geisel para desarticular a organização do partido. Segundo o depoimento de Cláudio Guerra o episódio foi realmente uma ‘chacina’, pois não houve qualquer tipo de confronto e os dirigentes do PC do B, ngelo Arroyo, João Batista Drummond e Pedro Pomar foram assassinados⁵⁵. Foram presos na ocasião os seguintes militantes do partido: Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Joaquim Celso de Lima, Maria Trindade e Wladimir Pomar.

O desaparecimento político também foi uma característica dos primeiros anos do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Contrariando a ideia de Bernardo Kucinski de que os desaparecimentos estão associados à insatisfação de setores militares contrários ao fim da ditadura militar⁵⁶, há indícios sobre a anuência e consentimento do governo sobre os desaparecimentos⁵⁷. Pode-se especular que a prática de desaparecimento era uma política oficial e em alguns casos se enquadram na participação do Brasil, na Operação Condor⁵⁸.

⁵⁴ BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 0055/10/AC/74. 28 de março de 1974. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

⁵⁵ GUERRA, Claudio. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2012. p. 67.

⁵⁶ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil debates, 1982. p. 42.

⁵⁷ Elio Gaspari retrata uma conversa entre Ernesto Geisel e um militar com o nome de ‘Pedrozo’. Nesse diálogo, o presidente pergunta sobre 4 argentinos e 3 chilenos que atravessavam a fronteira, Pedrozo respondeu que todos haviam sido ‘liquidados’. Cf. GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p. 387.

⁵⁸ A Operação Condor era uma aliança político militar entre as ditaduras na América do Sul, para articular e realizar de forma coordenada a repressão no continente.



O desaparecimento⁵⁹ de militantes da esquerda aumentou consideravelmente no início dos anos 70, segundo Kucinski 32 pessoas desapareceram entre setembro de 1973 e setembro de 1975⁶⁰. Os desaparecidos, segundo o levantamento de Bernardo Kucinski em grande maioria pertenciam ao PCB e PC do B, partidos perseguidos pelos militares e também militantes de organizações da luta armada, como a Ação Libertadora Nacional (ALN)⁶¹.

O início de 1977 foi marcado por várias greves nas universidades e no dia 1º maio de 1977, o movimento estudantil ganhou mais força quando houve a prisão de oito militantes da Liga Operária (Marcia Basseto Paes, Adamir Marini, Fernando Antônio Oliveira Lopes, Anita Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Gravina, José Maria de Almeida e Celso Brambilla) por distribuírem convites para o dia do trabalhador. Posteriormente a esse fato, várias universidades paulistanas (USP e PUC) entraram em greve, defendendo a soltura dos presos e as liberdades democráticas⁶². As manifestações até então, tinham como pauta as questões universitárias e ganharam contornos políticos⁶³. A manifestação ocorrida em São Paulo em maio de 1977, na USP e PUC foram reprimidas pelo secretário de segurança pública, coronel Erasmo Dias (1924-2010). Angelica Muller cita um relatório do Serviço Nacional de Informações sobre a articulação do movimento estudantil:

Os dados disponíveis indicam que os ativistas no meio estudantil, orientados e apoiados por comunistas e radicais do partido oposicionista continuarão pressionando os estudantes no sentido da realização de atos públicos contra a ditadura e em favor da anistia geral e liberdades dos presos políticos. (...) para impedir que essas concentrações evoluam para níveis indesejáveis, ensejando, inclusive, o surgimento de mártires, torna-se importante a neutralização dos líderes e das minorias organizadas e o esclarecimento da opinião pública.⁶⁴

Ainda no mês de maio, houve a greve estudantil na Universidade de Brasília (UNB) devido a punição de 16 estudantes por participarem de atos

⁵⁹ Não analiso os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia por não ter relação com a transição política.

⁶⁰ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil debates, 1982. p. 44.

⁶¹ Segundo o levantamento feito por Bernardo Kucinski 11 desaparecidos faziam parte do PCB, 6 pertenciam a ALN e 2 ao PC do B. Cf. KUCINSKI, 1982, p. 46.

⁶² KUCINSKI, 1982, p.141-142.

⁶³ KUCINSKI, 1982.

⁶⁴ MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 104.



políticos. A greve teve início em 31 de maio de 1977 e teve grande repercussão quando o movimento estudantil da UNB entregou uma carta à primeira –dama dos EUA Rosalynn Carter (1927-), denunciando a repressão política no Brasil e a não vigência dos direitos humanos⁶⁵. O reitor impôs recesso escolar durante 32 dias, contudo a greve continuou. Foi instaurado um inquérito na universidade e 30 alunos foram expulsos e 34 estudantes foram suspensos⁶⁶.

A violência contra os estudantes pode ser caracterizada como preventiva, ou seja, para evitar uma crise durante a abertura política. A coerção persistiu e o aparato de vigilância monitorou os principais líderes estudantis no deslocamento para o III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), realizado em Belo Horizonte. Vários universitários nem chegaram à capital mineira, porque foram presos⁶⁷. Após o ocorrido, em setembro de 1977, foi organizada uma grande assembleia na PUC SP e ali foi anunciado a realização do III ENE e a única pauta era a reorganização do movimento estudantil:

A proposta aprovada foi a formação da Comissão Pró-UNE, integrada por todos DCEs e entidades municipais e estaduais. A referida comissão teria como tarefa coordenar as lutas estudantis em nível nacional, fazer propaganda da história da UNE, promovendo o debate em torno da sua reconstrução, bem como organizar a realização do IV ENE.⁶⁸

Em vários encontros estudantis uma das características da repressão foi a violência física e a prisão dos estudantes. Esse preceito também ocorreu na assembleia ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 22 de setembro de 1977, durante a realização do III Encontro Nacional dos Estudantes. A assembleia estudantil e a comissão formada para recriar a União Nacional dos Estudantes (UNE), foi interrompida porque as tropas policiais comandadas pelo coronel Erasmo Dias (1924-2010) invadiram a universidade⁶⁹. Segundo Maria Helena Alves mais de três mil estudantes foram detidos e quarenta e um foram processados na Lei de Segurança Nacional⁷⁰.

⁶⁵ MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 147.

⁶⁶ MULLER, 2010, p. 149.

⁶⁷ MULLER, 2010, p. 168.

⁶⁸ MULLER, 2010, p. 170.

⁶⁹ MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.68.

⁷⁰ ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 207.



Os direitos humanos e o Governo Ernesto Geisel (1974-1979)

No tópico acima indicamos brevemente a política coercitiva do governo Ernesto Geisel (1974-1979), relacionando com a ‘Transição pelo alto’ e os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). O ‘Terrorismo de Estado’ foi implementando no primeiro decênio do regime ditatorial (1964-1988) e atingiu o seu ápice durante o governo Emílio Médici (1969-1974), período conhecido como ‘anos de chumbo’.

A repressão militar não é uma novidade acadêmica e pode parecer redundante a não vigência dos direitos humanos pelas Forças Armadas quando estavam no poder. Entretanto, com o início da abertura política, em março de 1974, há uma mudança na relação de forças devido à liberalização da ditadura militar- empresarial (1964-1988) e acrescento a mudança na postura dos Estados Unidos, a partir do governo Jimmy Carter (1977-1981), em respeito aos direitos humanos.

Um marco importante na rearticulação interna na luta pelos direitos humanos foram as mobilizações em torno do caso Vladimir Herzog (1937-1975)⁷¹. Ao se apresentar voluntariamente, após ser intimado, foi preso e no dia seguinte foi declarado morto após ter cometido suicídio. Naquele momento houve uma mobilização contra a versão oficial apresentada pelos militares, pois o jornalista fora morto sob tortura no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército. Na Universidade de São Paulo (USP) houve uma greve com duração três dias e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicato dos Jornalistas pressionaram pela apuração dos fatos. A Igreja Católica através de quarenta e dois bispos assinou um manifesto repudiando e denunciando a violência do governo. O Cardeal Evaristo Arns (1921-2016), realizou um serviço fúnebre ecumênico para Vladimir Herzog (1937-1975) na catedral de São Paulo, e contou com a participação de dois rabinos, um pastor protestante⁷² e a presença do presidente Ernesto Geisel (1907-1996).

No caso do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) a circunstância envolvendo a sua morte é amplamente questionada, contudo a lógica coercitiva

⁷¹ Vladimir Herzog era diretor do jornalismo da TV Cultura, emissora do governo do estado, e tinha sido indicado pelo secretário de Tecnologia e Cultura José Mindlin, aprovada pelo próprio governador Paulo Egídio.

⁷² SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: De Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 345-346.



não é. Antes da prisão de Vladimir Herzog (1937-1975), o deputado estadual José Maria Marin (ARENA- São Paulo) pediu uma maior apuração e providência em relação à TV Cultura, devido à infiltração comunista⁷³. Em janeiro de 1976, mais um prisioneiro político, o operário Manoel Fiel Filho (1927-1976) foi encontrado morto nas dependências do DOI CODI do II Exército, em condições idênticas à Vladimir Herzog (1937-1975). Após este fato, ficou evidente a quebra de comando e hierarquia militar, já que para o governo Ernesto Geisel (1974-1979) não era aceitável a morte de prisioneiros políticos⁷⁴. O general Ednardo D'Avila Melo (1911-1984) foi exonerado do comando do II Exército, após esse fato. Um argumento nesse raciocínio o Alto Comando do Exército deu total apoio ao presidente porque concordou em manter a unidade das Forças Armadas coesa e as práticas de segurança interna, sem aceitar os abusos e assassinato de prisioneiros políticos⁷⁵. O general Dilermando Monteiro (1913-1994), substituto do general Ednardo D'Avila Mello, em entrevista coletiva à imprensa afirmou a continuidade do combate ao comunismo na mesma intensidade⁷⁶. A demissão do general foi estratégica, pois uma das táticas do governo era substituir os comandos militares contrários à transição e no caso do II Exército foi colocado um militar de confiança do governo porque representava a adaptação da repressão ao período de transição, ou seja, manter a violência política sem excessos.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁷⁷ teve uma atuação destacada devido à mobilização para cobrar uma posição do governo perante 'a crise dos desaparecidos'. Um fato importante, neste contexto, foi a entrega da lista com o nome dos 22 desaparecidos políticos ao general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), Ministro-Chefe da Casa Civil e um dos articuladores da

⁷³ SÃO PAULO. Diário Oficial do estado de São Paulo, São Paulo, SP, 09 de outubro de 1975.p.62.

⁷⁴ O governo tinha uma preocupação com a situação dos presos políticos porque havia uma pressão interna, protagonizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e posteriormente pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFWA) os quais lutavam pela libertação de presos políticos e denunciavam no exterior os casos de tortura. Elio Gaspari transcreve em seu livro que o presidente Ernesto Geisel não era contra as prisões, mas sim como era realizada, "é preciso implantar uma política de prisões sem violência". Cf. GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p. 409.

⁷⁵ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jan. 1976. p. 01. ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. p. 113.

⁷⁶ *Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 jan. 1976. p. 01.

⁷⁷ A Arquidiocese de São Paulo apoiou a publicação do livro 'Brasil Nunca Mais' e de um relatório em 1985, a partir do levantamento e análise de depoimentos de presos políticos ao Superior Tribunal Militar (STM), em processos entre abril de 1964 e março de 1979. ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.



transição, pelo cardeal Evaristo Arns (1921-2016). Entre os 22 nomes, apenas 1 não tinha ‘desaparecido’ no governo Ernesto Geisel (1974-1979). O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) também pressionou ao pedir a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as violações aos direitos humanos⁷⁸. A resposta foi uma nota escrita pelo general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), isentando o governo sobre qualquer “responsabilidade por tais atos”⁷⁹. A declaração reconheceu os indivíduos desaparecidos como ‘subversivos’ e reiterou de que os mesmos eram procurados pelo aparato repressivo para que os “elementos condenados pela nossa Justiça, a fim de que venham cumprir as penas que lhes foram impostas”⁸⁰. No decorrer do mesmo texto, os militares associaram as denúncias da violação de direitos humanos, os quais eram acusados, à campanha do ‘Movimento Comunista Internacional. Transcrevo abaixo os trechos que indicam a posição do governo Ernesto Geisel (1974-1979):

Assim vencido, o inimigo retroagiu ao processo da luta psicológica, fazendo desencadear com o máximo de alarde uma campanha visando a uma vez denegrir as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem, lançando sobre os integrantes dos nossos órgãos de segurança a pecha de assassinos de humildes e pacíficos cidadãos.

São utilizadas (a questão dos desaparecidos) para a campanha difamatória contra o Brasil no exterior, como parte integrante da guerra psicológica planejada pelo Movimento Comunista Internacional, várias organizações, entre outras, a Frente Brasileira de Informações sob a direção de Miguel Arraes e Márcio Moreira Alves e com comitês em vários países europeus.⁸¹

O ‘desaparecimento’, a partir da leitura governista, era uma prática oficial do Estado, e, portanto, não pode ser considerado um ato desestabilizador dos militares contrários à transição. Há outro documento, datado do início de 1976, produzido pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), apresentando os mesmos argumentos colocados pelo general Golbery do Couto e Silva (1911-1987). O informe faz um histórico das denúncias da violação de direitos humanos no exterior desde o final dos anos 60 e todas as provas e indícios de tais crimes representavam uma “campanha do Movimento Comunista Internacional para

⁷⁸ GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 32.

⁷⁹ GASPARI, 2004, p. 32-39.

⁸⁰ GASPARI, 2004.

⁸¹ GASPARI, 2004.



colocar no banco dos réus aqueles responsáveis por derrotar as organizações subversivas”⁸².

A leitura das Forças Armadas em relação à demanda de setores da oposição por direitos humanos pode ser relacionada com a ‘transição pelo alto’ e pelas características da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a partir das diversas modalidades de conflito, elaborado pela Escola Superior de Guerra (ESG). A Escola Superior de Guerra (ESG) defende a existência de várias modalidades de guerra, a primeira incluindo um inimigo ‘externo’ e a segunda é referente ao inimigo ‘interno’, atuando dentro das fronteiras nacionais. No primeiro caso está incluída: a ‘guerra clássica’ definida como “guerra exterior entre nações e estados”⁸³. No segundo caso, há dois tipos de conflito: ‘a guerra insurrecional’, conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e a ‘guerra revolucionária’ definida como ‘normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação’⁸⁴. O conceito de ‘guerra total’ está relacionado à guerra revolucionária onde o conflito não envolve apenas o confronto militar e inclui a política, economia, cultura e mobiliza todos os recursos do Estado ou nação envolvidos, inclusive os civis. A visão de guerra da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é caracterizada a partir desta concepção, então, os conflitos sociais não têm origem na exploração das massas populares, entretanto as greves e lutas políticas são explicadas pela ‘infiltração comunista’⁸⁵. O conflito não é declarado de forma oficial, pois é fomentado pelo ‘comunismo internacional’, recrutando a população do ‘país alvo’. Por consequência, todos os cidadãos são suspeitos e vigiados, controlados, perseguidos e até mesmo eliminados⁸⁶. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) estabeleceu a vigência de antagonismos e ‘pressões’ oriundas do ‘inimigo interno’ e isso foi utilizado como argumento para violar determinados setores da sociedade.

⁸² BRASIL. Serviço Nacional de Informações. Documento de Informações n. 022/16/AC/76. 26 janeiro de 1976. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/escritos/. Acesso em: 22 mar. 2023.

⁸³ ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 37.

⁸⁴ ALVES, 1984.

⁸⁵ MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 28-29.

⁸⁶ ALVES, 1984, p. 37-38.



A segurança interna, segundo o manual da Escola Superior de Guerra, é aquela que garante o fracasso dos ‘antagonismos’ e ‘pressões’. De acordo com o manual:

Segurança interna, integrada na Segurança Nacional, é o grau de garantia que o Estado proporciona à Nação, contra os antagonismos ou pressões de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeitos no âmbito interno do país.⁸⁷

Deste modo, os serviços de informação das Forças Armadas entendiam o movimento a favor dos direitos humanos como mais uma ‘pressão’ e ‘antagonismo’. Como vimos, o início da mobilização de setores da Igreja Católica e do movimento estudantil, contrários as circunstâncias envolvendo o ‘suicídio’ do jornalista Vladimir Herzog denunciaram à violação de direitos humanos durante a ditadura. O governo Ernesto Geisel (1974-1979) atuando de forma preventiva para não perder o controle da redemocratização⁸⁸, trocou o comandante do II Exército, responsável pelos assassinatos dos presos políticos, para esvaziar as críticas em torno dos direitos humanos e garantiu apoio das Forças Armadas, através da nomeação do general Dilermando Monteiro (1913-1994). Contudo, como indicamos na primeira parte deste artigo, as Forças Armadas continuaram a reprimir violentamente os setores de oposição e não estavam preocupados com o respeito aos direitos humanos e sim, garantir um cenário favorável para prosseguir com a transição controlada⁸⁹.

A Doutrina de Segurança Nacional sofreu modificações durante a abertura política, por exemplo, os teóricos da ESG defenderam a ampliação do número de partidos políticos⁹⁰. Analisando o manual da Escola Superior de Guerra de 1977-1978, notamos a valorização dos valores democráticos:

Os componentes da expressão política variam quanto às funções que desempenham e ao modo de exercê-las, segundo se tenha adotado um regime político democrático, autocrático ou

⁸⁷ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978. p. 262.

⁸⁸ Sobre o contexto, acerca da ‘crise das ditaduras’ ver POULANTZAS, Nicos Ar. **A Crise das ditaduras**: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁸⁹ Há a tese de que o governo Ernesto Geisel (1974-1979) era de natureza bonapartista. Para Jorge Pinheiro, a estratégia do presidente “chamada de shows bonapartistas” e consistia em dar a aparência de que era atacado e pressionado por todos os lados. Sendo assim, era necessário enfrentar ou se antecipar e permitem ao executivo manter o autoritarismo. A crise era causada tanto pela atuação da esquerda e quanto pela extrema-direita militar. PINHEIRO, Jorge. Geisel já vai tarde. **Versus**, São Paulo, nº 29, fevereiro de 1979.

⁹⁰ STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à nova república. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 59.



totalitário. No regime democrático adotam-se os princípios da divisão e harmonia de poderes e pluralidade de partidos políticos.⁹¹

Retomando a declaração do governo de que os ‘desaparecidos’ eram elementos subversivos e ainda procurados, remete ao ‘Terrorismo de Estado’ e reforça a tese de que a violência política era uma prática institucional do Estado durante a transição. A atuação oposicionista dentro dos preceitos legais é legítima e permitida, já que uma das características da ‘Transição pelo alto’ era o diálogo com setores moderados da oposição, mas por outro lado a ‘contestação’ é identificada “como um ataque sistemático ao regime, sendo, portanto, ilegítima e sujeita às medidas repressivas do Estado que derivam do princípio de autodefesa”⁹². Portanto, não havia dignidade e ‘direitos humanos’ para aqueles considerados ‘inimigos internos’.

Considerações finais

Conforme demonstramos no texto, os militares elaboraram a transição da ditadura empresarial- militar para a democracia, no início da década de 70 marcada pela derrota da luta armada e o auge do ‘milagre econômico’. Os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e a Doutrina de Guerra Revolucionária foram determinantes para instaurar o ‘Terrorismo de Estado’ e derrotar a oposição aos militares. Conseqüentemente, os direitos humanos foram violados através da tortura, prisões em massa, desaparecimentos, assassinatos e vigilância política.

Durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979), o ‘Terrorismo de Estado’ continuou, inclusive com a participação do Brasil na ‘Operação Condor’ e houve críticas e pressões pelas violações aos direitos humanos. Destaca-se a atuação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e os desdobramentos políticos e castrenses envolvendo o ‘suicídio’ do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. O contexto de abertura política favoreceu a atuação da oposição nas críticas às violações dos direitos humanos, tendo como marco o caso Vladimir Herzog, até porque os militares buscavam diálogos com setores da oposição moderada. O ‘controle’ militar perante os militares mais ‘radicais’ tinha

⁹¹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978. p. 118.

⁹² ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978.



como objetivo reafirmar a hierarquia e a disciplina dentro dos quartéis e conseguir a adesão de setores da oposição. A ‘política de direitos humanos’ defendida pelo presidente Jimmy Carter dos Estados Unidos merece igual destaque e resultou em alguns desentendimentos com o governo brasileiro, incluindo a assinatura do acordo nuclear do Brasil com a Alemanha. Como demonstramos no artigo, não havia contradição entre a continuidade da violência política e a transição para a democracia, pois os militares associavam a defesa dos direitos humanos como uma ‘pressão’ da oposição, a partir da Doutrina de Segurança Nacional, e almejavam controlar e punir os militares da ‘extrema direita’ para prosseguir com a redemocratização.

Data de submissão: 30/04/2023

Data de aceite: 03/07/2023

Referências

ABREU, Hugo. **O Outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ALVES, Maria Helena. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walder de. **O Drama da Sucessão e a crise do regime**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CARONE, Edgard. **P.C. B (1964-1982)**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974- 1980). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 115-146, 2005.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **O governo Médici e o projeto de distensão política (1969-1973)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1989

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. **Dados** (Rio de Janeiro), São Paulo, v. 28, n.3, p. 10-20, 1985.



FERNANDES, Florestan. **Revolução ou Contrarrevolução. Contexto**, São Paulo, n. 5, p. 21, mar. 1978.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUERRA, Claudio. **Memórias de uma guerra suja**. Topbooks. Rio de Janeiro, 2012.

GUIMARÃES, Carlos Eduardo. **A Crise da Ditadura: a reação militar à abertura e o terrorismo de direita**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

HOEVELER, Rejane. **As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

HOEVELER, Rejane. **Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil debates, 1982.

LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, 2002.

LEMOS, Renato. **Contrarrevolução e ditadura no Brasil: elementos para uma periodização do processo político brasileiro pós-1964**. Comunicação apresentada no VI Congrès du CEISAL (Conseil Européen de Recherche em Sciences Sociales sur l'Amérique Latine), Indépendances, Dépendances, Interdépendances, Toulouse, France, 30 de junho a 3 de julho de 2010.

LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MACIEL, David. **Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974- 1985)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 1999.

MARTINS FILHO, J.R. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos: Edufscar, 1995.

MARTINS, Roberto R. **Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



MONTEIRO, Tiago. **A nova república e os debates relativos ao papel político das forças Armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)**. Dissertação (Mestrado em História Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MULLER, Angelica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOVAES, João. Jango foi envenenado pela Operação Condor, revela ex-agente secretouruguaio.2012.

Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/25028/jango+foi+envenenado+pela+operacao+condor+revela+ex-agente+secreto+uruguaio.shtml> . Acesso em: 01 abr. 2023.

O'DONNELL, Guillermo. “Transições, continuidades e alguns paradoxos”. In: Reis, Fábio Wanderley e O'Donnell, Guillermo. (orgs.) **Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Editora Papirus, 1994.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional - Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. Tese de doutorado em História. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PINHEIRO, Jorge. Geisel já vai tarde. **Versus**, São Paulo, nº 29, fevereiro de 1979.

PINHEIRO, Milton. Os comunistas e a ditadura burgo-militar: os impasses da transição. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, Nicos Ar. **A Crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAES, Décio. A questão da transição do regime militar à democracia no Brasil. In: **República do capital/capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SALES, J. R. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). **História**, São Paulo, v. 26, p. 340-365, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.



Documentos Oficiais

BRASIL. [LEI No 6.620, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1978.] Lei de Segurança Nacional de 1978. Brasília, DF: Presidência da República, [1978]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19701979/l6620.htm#:~:text=L EI%20No%206.620%2C%20DE%2017%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201978.&text=Define%20os%20crimes%20contra%20Seguran%C3%A7a,julgamento%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,nos%20limites%20definidos%20em%20lei. Acesso em: 01 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Central. Documento de Informações n. 0055/10/AC/74. 28 março de 1974. Difusão: Chefe do SNI. Disponível em <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Manual Básico da Escola Superior de Guerra, 1977-1978.

SÃO PAULO. Diário Oficial do estado de São Paulo, São Paulo, SP, 09 de outubro de 1975.

Periódicos

Estado de São Paulo, São Paulo, 24 jan. 1976.

Folha de São Paulo, São Paulo, 24 jan. 1976.

